

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO - CNMP

Ref. Edital de PREGÃO ELETRÔNICO N.º 04/2024

A EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES S/A – EMBRATEL, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 33.530.486/0001-29, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, na Av. Presidente Vargas, 1012 – Centro – RJ, por intermédio de seu representante legal *in fine* assinado, vem respeitosa e tempestivamente à presença do i. Pregoeiro apresentar

QUESTIONAMENTOS

acerca do edital em epígrafe, abaixo discriminado:

Analisando o edital do Pregão Eletrônico n.º 04/2024, referente à contratação de 2 (dois) serviços de acesso IP permanente, dedicado e exclusivo entre a Rede de dados do Conselho Nacional do Ministério Público e CNMP a rede mundial de computadores - INTERNET, a Embratel resolve questionar parte da solução técnica exigida pelo CNMP para o atendimento de sua demanda, fazendo as seguintes considerações.

Com relação ao item 3.8.2 do ANEXO I (TERMO DE REFERÊNCIA), a saber:

“3.8.2. A CONTRATADA, através desse serviço, deverá identificar, comunicar a equipe de infraestrutura do CONTRATANTE e mitigar quaisquer tipos de ataques que utilizem indevidamente os recursos de rede em IPv4 e IPv6;”

Entendemos que os ataques do tipo DoS (Denial of Service) e DDoS (Distributed Denial of Service) a que se refere o item 3.8.2 são ataques volumétricos, ou seja, aqueles que são executados com envio de grande quantidade de pacotes não solicitados que objetivam a negação dos serviços. A CONTRATADA deverá prover o serviço de proteção contra os ataques, de forma a detectar, mitigar todos e quaisquer ataques volumétricos que façam o uso não autorizado de recursos da rede para IPv4, mitigando tráfego seja de origem nacional ou internacional de, no mínimo, 100% (cem por cento) da banda do circuito contratado. Nosso entendimento está correto? Caso não esteja, favor esclarecer.

Com relação ao item do ANEXO I (TERMO DE REFERÊNCIA), a saber:

“3.8.6.5. Ataques à camada de aplicação, incluindo protocolos HTTP e DNS, a solução deve manter uma lista dinâmica de endereços IP bloqueados, retirando dessa lista os endereços que não enviarem mais requisições maliciosas após um período de tempo considerado seguro pela CONTRATADA”

Solicitamos que o item supracitado seja suprimido. Entendemos que o mesmo não corresponde com a modalidade de serviço de proteção contra ataques volumétricos a ser contratado.

Ante o exposto, a fim de garantir a melhor escolha, requer à vossa senhoria análise do exposto. Contamos com a costumeira brevidade desta Comissão de Licitação para nos disponibilizar as respostas aos questionamentos supracitados.

Desde já nos colocamos à inteira disposição do Conselho Nacional do Ministério Público da União para esclarecimentos adicionais.

Termos em que pede deferimento.

Brasília-DF, 13 de maio de 2024.

Atenciosamente

HIDER VINICIUS GOEKING